

**DESPACHO**

**Ref. TOMADA DE PREÇO 2019,2204-001 SEINFRA**

**Objeto:** Contratação de empresa para locação de veículos, máquinas pesadas e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do município de Limoeiro do Norte/CE, conforme edital e anexos.

Publicada a Licitação **TOMADA DE PREÇO 2019,2204-001 SEINFRA**, nos termos da legislação vigentes, recebemos na data de hoje, via AR, impugnação ao edital promovido pelo CRA – Conselho Regional de Administração. Neste termos,

**DECIDO.**


- a) Publicar a referida impugnação;
- b) Encaminhar os autos à PGM para análise e parecer;
- c) Proceder com o adiamento do certame para data a ser informada em jornal de grande circulação e no site do TCE – Tribunal de Contas do Estado;

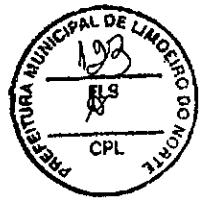
Encaminhe-se os autos e a impugnação à PGM:

Ficam os autos do processo a disposição dos interessados na Sala de Licitações do Município de Limoeiro do Norte – Ceará.

Publique-se para ciência dos interessados, e atendimento da legislação pertinente a matéria.

Limoeiro do Norte/CE, 07 de maio de 2019.

  
FRANCISCO VALTER NOGUEIRA LIMA,  
Presidente da Comissão de Licitações e Pregões



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR FRANCISCO VALTER NOGUEIRA LIMA PREGOEIRO  
DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE**

Ref.: Licitação: 2019.2204-001 SEINFRA

**ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO POR INOBSERVÂNCIA A OBRIGATORIEDADE DE EXIGIR  
DOS LICITANTES REGISTRO NO CRA-CE E COMPROVAÇÃO DE  
REGULARIDADE DAS EMPRESAS LICITANTES E DE SEU RESPONSÁVEL  
TÉCNICO**



**O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA-CE**, Autarquia Pública Federal pela Lei 4769/65, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 09.529.215/0001-79, com endereço sito à rua Dona Leopoldina, 935, Centro, Fortaleza-CE, neste ato representado por seu Superintendente, Adm. Raphael Herbster Martins, brasileiro, administrador inscrito sob o nº 9233 (CRA-CE), *vem mui respeitosamente*, apontar irregularidade no ato do pregoeiro, FRANCISCO VALTER NOGUEIRA LIMA, responsável pelo certame da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte/CE no **Pregão Presencial nº 2019.2204-001 SEINFRA**



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

### **DO ATO COMBATIDO**

Está agendado para o dia 14/05/2019, às 08h30min, o acolhimento de propostas do Pregão Presencial nº 2019.2204-001 SEINFRA

A licitação tem como objeto: "**Contratação de pessoa jurídica apta a prestar serviços de locação de máquinas, veículos pesados e equipamentos, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.**"

Tais tarefas, delimitam o interesse de agir do Conselho Regional de Administração (CRA-CE), por serem atividades que têm como essência a **administração e seleção de pessoal; a locação de mão-de-obra; a administração de bens de terceiros, conforme se deduz de qualquer dos itens constantes das obrigações contratuais previstas no Edital e/ou em seus anexos, onde consta a necessidade de a empresa contratada apresentar o "Motorista".**

### **DO CONTEÚDO ILEGAL DO ATO.**

É de se observar que dentre "**Dos Documentos de Habilitação**", item 7 e mais precisamente no item 7.6 (**Relativa à Qualificação Técnica**) referente às Pessoas Jurídicas participantes, não exige o Edital, a Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, à qual deveria ser atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **averbados por este CRA-CE.** Além da exigência do Registro, da empresa participante da licitação em tela, no Conselho Regional de Administração-CE.

### **DO EQUÍVOCO DO EDITAL, E DA INADEQUAÇÃO DOS DISPOSITIVOS À LEGISLAÇÃO QUE REGULAM A ESPÉCIE**

O edital, ao ignorar o requisito impositivo de obrigatoriedade de registro no CRA-CE, bem como onde deverão ser averbados os atestados de capacitação técnica, acabou por laborar em equívoco que vai de encontro às regras constantes do ordenamento jurídico.

É que, regulando o Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal, foi publicada no D.O.U. de 22/06/1993 a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, diz a lei dos certames, In verbis:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;*



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

*II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

(...)

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/94)*

*I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/94)*

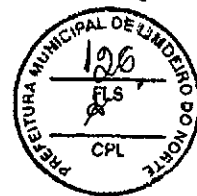
**É imperiosa, para que reste demonstrada a inadequação editalícia, a citação do dispositivo que coloca as tarefas objeto do contrato sob a égide daquelas açambarcadas pela competência do CRA-CE.**

**Assim, é que ganha relevo: a LEI 4.769 de 1965, que Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências, diz no art. 2º, in verbis:**

*Art. 2º A atividade profissional de Administrador será exercida, como profissão liberal ou não, mediante: <sup>(1)</sup>*

a) (..)

*b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos.*



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

**Destarte, a competência é determinada pela Lei Federal 4.769/65; ad argumentandum, a regulamentação de desta Lei criadora, deixa extrema de dúvidas a matéria, com a confirmação do conteúdo da norma acima colacionada, é o que se extrai do texto do REGULAMENTO DA LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965, que diz, in verbis:**

"Art. 3º - A atividade profissional do Administrador, como profissão, liberal ou não, compreende: a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;

b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, (...)

d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da Administração pública ou de entidades privadas; cujas atribuições envolvam principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;

Parágrafo único - A aplicação dos disposto nas alíneas "c", "d" e "e" não prejudicará a situação dos atuais ocupantes de cargos, funções e empregos, inclusive de direção, chefia, assessoramento e consultoria no Serviço Público, e nas entidades privadas, enquanto os exercerem.

Desta forma, cumpre determinar, para a pronta correção do **EDITAL**, a inclusão do **CRA-CE**, no quesito "**Relativa à Qualificação Técnica**" como entidade profissional competente à averbação dos atestados apresentados pelas empresas participantes, referentes ao objeto dessa Licitação, **Locação de máquinas/veículos pesados**, onde será necessária a locação de motoristas, portanto, **locação de mão de obra**, além das empresas participantes efetuarem, também, seus registros cadastrais no referido Conselho.

Em manifestações pretéritas, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que a exigência da inscrição junto ao CRA competente nos casos de terceirização de serviços seria válida. É o caso, por exemplo, do **Acórdão nº 2783/2003** - Primeira Câmara, oportunidade na qual ficou assentado que seria "notório que empresas de conservação e limpeza devem ter lastro na área do conhecimento sobre Administração, haja vista as atividades de gerenciamento e execução de atividades laborais, o que justifica sem maiores problemas tal exigência do registro no CRA". (Relator: Ministro Marcos



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

Vinícios                      Vilaça.                      Sessão                      em                      11/11/2003.)

Por Isso, o Conselho Regional de Administração insiste afirmando que qualquer empresa que se utilize das atividades de Administração de Recursos Humanos como atividade fim, o que se encaixa perfeitamente no caso em apreço, como a Prestação de Serviços de Locação de Veículos (incluída a locação do motorista), deverá possuir registro cadastral no **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO**, matéria já apreciada em processo no Conselho Federal de Administração, no parecer que fundamentou a decisão, podem ser extraídas as razões de ordem jurídicas que embasaram o ACÓRDÃO:

Proc. CFA Nº 1799/97

**Origem:** Brasília/DF

**Interessado:** Poder Legislativo - Senado Federal

**Assunto:** Registro de Empresas Prestadoras de Serviços Terceirizados

(...)

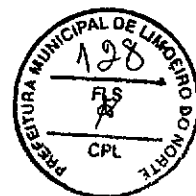
"Ora, se a terceirização compreende a locação de mão-de-obra que pressupõe a necessidade de recrutamento, seleção, admissão, treinamento, desenvolvimento, movimentação e supervisão dos recursos humanos que irão prestar os serviços contratados, as empresas que atuam nas áreas elencadas no parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, estão obrigados ao registro nos CRAs, pois esses serviços passíveis de execução por terceiros são inerentes aos campos da Administração, conforme disposto nas alíneas "a" e "b" do art. 2º da Lei nº 4.769/65 e nas alíneas "a" e "b" do art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67 e as determinações contidas na Lei nº 6.839/80.

Finalizando, trazemos aos autos a Decisão nº 468/96 - TCU - PLENÁRIO, do Tribunal de Contas da União, na sessão de 31/07/1996 - ordinária, pela qual aquela E. Corte de Contas decidiu que o registro das empresas prestadoras de serviços que incluem locação de mão-de-obra (terceirização) para atender a exigência contida no inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666/93, é no Conselho Regional de Administração competente, conforme, também concluiu o Dr. Dirceu Abimael em seu Parecer de 06/10/97, que adotamos."

Não é diferente a interpretação dos órgãos do Poder Judiciário Pátrio, senão vejamos:

Acórdão                      Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO

Classe: AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 200034000231152



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

Processo: 200034000231152 UF: DF Órgão Julgador: OITAVA TURMA

Data da decisão: 20/06/2008 Documento: TRF10279057

Fonte e-DJF1 DATA:08/08/2008 PAGINA:477

Relator(a) JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.)

Decisão A Turma por unanimidade, negou provimento à apelação.

Ementa ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. OBJETO SOCIAL: LOCAÇÃO A TERCEIRO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA. ATIVIDADE PREPONDERANTE NÃO PREVISTA

NO ART. 2º DA LEI N. 4.769/65. EXIGIBILIDADE DA INSCRIÇÃO.

1. O fator determinante da inscrição de uma empresa em determinado conselho profissional é a atividade preponderante por ela exercida ou em relação à natureza dos serviços prestados a terceiros (art. 1º da Lei n. 6.839/80).

2. A Administração estabelece, em seu art. 15, que serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A. as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos da referida lei.

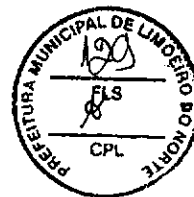
3. No caso dos autos, como a empresa impetrante tem por objeto social a locação a terceiro de mão-de-obra temporária (cláusula segunda da décima sexta alteração contratual à fl. 13), está sujeita a registro no CRA, uma vez que coloca a disposição de terceiro mão-de-obra selecionada e qualificada, exercendo atividades de administração e seleção de pessoal, privativas do Técnico de Administração, prevista no art. 2º, b, da Lei n. 4.769/65.

4. Apelação improvida.

#### **DO PERIGO DA DEMORA**

Ao **EDITAL**, que vincula a administração pública no certame, foi dado pleno conhecimento público; donde se extrai que, **das pessoas jurídicas que se apresentarão para o certame não serão cobradas documentação relativa do CRA, ao contrário do que determina o ordenamento jurídico.**

Ademais, **se efetivamente não forem apresentadas pelas empresas comprovação de registro no CRA-CE, poderá haver danos irreparáveis à administração pública que contratou serviços sem a resguarda de um Administrador responsável pelo recrutamento, seleção, treinamento,**



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ - CRA-CE

**Identificação do perfil profissional adequado à realização das atividades, bem como prejuízo aos usuários diretos dos serviços.**

**Destarte, podem ser concluídos os danos irreparáveis, v.g., à competência estabelecida pela legislação, que deve ser preservada; à segurança jurídica; à administração pública e à sociedade em geral.**

### DO PEDIDO

Assim, é esta para requerer digno-se Vossa Senhoria a, revendo o próprio ato, julgar procedente as razões acima colacionadas, e reformá-lo, incluindo o **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-CE** como órgão onde deverão as empresas participantes do aludido certame, efetuarem seu registro, por exercerem atividades privativas desta categoria profissional, além de terem seus respectivos atestados de capacidade técnica, averbados por este CRA-CE.

Requer, portanto, em não sendo de chofre reformado o ato, que suspenda o certame para que não haja impugnações judiciais que atrapalhem o bom andamento da Administração.

São termos em que, por ser de direito, espera deferimento.

Fortaleza, 02 de maio de 2019.

Atenciosamente,

**Adm. Raphael Herbster Martins  
CRA-CE nº 9233  
Superintendente**